

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL HOJE



Entregadores em Belo Horizonte (MG) durante o "Breque Nacional dos Apps 2025", que teve mobilizações em mais de 100 cidades do Brasil. Foto: Jornal O Futuro.

A regulamentação dos direitos trabalhistas no Brasil é resultado de um processo histórico de lutas e mobilizações do proletariado, que começou no final do século XIX e se estendeu até o século XX. Esse movimento culminou na criação de um conjunto de leis que consolidaram importantes garantias para os trabalhadores, como a jornada de trabalho limitada, o descanso semanal remunerado, as férias com adicional salarial, o salário mínimo, e regras para demissão por justa causa.

Na segunda metade do século XX, os trabalhadores conquistaram ainda mais avanços, como a gratificação natalina (o 13º salário), inicialmente restrita a um setor da economia e posteriormente estendida a todos os trabalhadores formais. No período da ditadura, ocorreram algumas regulamentações importantes, como as que trataram do trabalho rural e doméstico, além da criação de normas de segurança no ambiente de trabalho. No

entanto, junto com todo o retrocesso do período e as questões econômicas, também houve retrocessos na esfera trabalhista, como a flexibilização das relações de trabalho e a substituição de antigas formas de estabilidade no emprego por modelos mais precários.

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco na ampliação dos direitos trabalhistas, incluindo a redução da jornada semanal, a licença-maternidade e paternidade, o direito à greve e a criação de mecanismos de proteção ao trabalhador desempregado. Apesar de todas essas conquistas (que não vieram sem uma boa dose de ataques no campo econômico), nas décadas seguintes esses direitos passaram a sofrer sucessivos ataques com a ampliação da terceirização, mudanças nas regras trabalhistas e contrarreformas, que impactaram diretamente a seguridade social e as garantias conquistadas ao longo do século XX. **pág. 6**

77 anos da Nakba e o aprofundamento da limpeza étnica contra o povo palestino:

Enquanto o mundo se cala, a Palestina resiste. A Nakba — mais que um evento de 1948 — é um processo contínuo de expulsão, ocupação e apagamento. Entenda a história e o presente da resistência palestina, as engrenagens de um sistema colonial sustentado por potências globais e o papel do Brasil nessa dinâmica de exploração. Entender a Palestina hoje é firmar posição contra a barbárie colonial. **pág. 12**

POLÍCIAS MUNICIPAIS:

Governo Lula-Alckmin se alia à extrema-direita e aprofunda a guerra às drogas. **pág 10**

PRESENTE PARA OS BANCOS:

Novo crédito consignado com FGTS demonstra a aliança do governo com banqueiros. **pág 3**

AMAZÔNIA SAQUEADA:

O imperialismo e suas intervenções nos desastres ambientais e ecológicos. **pág 5**

GREVE DE CONTAGEM:

Contar a história e relembrar o legado de combatividade a toda forma de exploração. **pág 7**

Editorial

A escolha entre a farsa ou a força

Os primeiros meses do ano de 2025 nos mostram que o Brasil continua a seguir a velha máxima da política burguesa: dedicar todos os esforços para que tudo permaneça do jeito que está ou, se possível, para conseguir aprofundar ainda mais a exploração dos trabalhadores. Entre medidas técnicas, retóricas exaltadas e cheias de fraseologia, grandes anúncios e muitos recuos, o governo Lula-Alckmin se especializa na manutenção de um sistema que condena a maioria das famílias trabalhadoras brasileiras à instabilidade permanente. As promessas de “reconstrução nacional” e de “justiça social” são postas de lado com cada vez mais audácia em favor do aprofundamento da lógica neoliberal, por meio de uma política de arrocho, repressão e precarização. Essa opção contrária aos interesses da classe trabalhadora é cada vez mais incapaz de se esconder no disfarce de “modernização” e “responsabilidade fiscal” construídos ativamente pelo governo federal.

Enquanto alimenta a ilusão de que o país estaria em disputa entre forças progressistas e conservadoras, o governo realiza – sem alarde – as vontades históricas da burguesia nacional e internacional. A elite agradece, enquanto a classe trabalhadora paga a conta: seja com o corte de políticas sociais, seja com a alta do custo de vida, seja com a desregulamentação dos direitos trabalhistas conquistados à base de sangue e greve. Ao mesmo tempo em que se investe em vigilância e tributação dos informais, nega-se qualquer política estrutural de geração de empregos dignos e valorização do trabalho assalariado.

A situação do desmonte dos direitos trabalhistas no Brasil atualmente é alarmante: enquanto a Constituição Federal de 1988 cumpriu o papel quase meramente formal de regulamentação dos direitos trabalhistas já reunidos na CLT, o processo de desregulamentação que se inicia na ditadura empresarial-militar continua a todo vapor, sobretudo no governo golpista de Michel Temer e tendo sua continuidade histórica com o governo fascistoide de Jair Bolsonaro. Mas mesmo no atual governo de Frente Ampla, os interesses proletários permanecem esmagados, com o avanço irrefreado da uberização, da pejetização e da informalidade.

Mas a burguesia não se basta no campo econômico como forma de exploração e dominação da classe trabalhadora: a militarização avança, sob o disfarce de racionalidade técnica, e a política de extermínio segue seu curso – agora sob a tutela de um governo dito de esquerda. A velha máquina de moer corpos negros, indígenas e pobres se renova com uma continuidade fria, gerencial e estatística. A esquerda institucional, cada vez mais adaptada aos mecanismos do poder burguês, mostra-se incapaz – ou desinteressada – de romper com as estruturas que perpetuam a violência de Estado, o encarceramento em massa e as iniciativas de privatização de presídios.

Enquanto isso, os trabalhadores enfrentam a dureza do cotidiano com poucas armas e muitos inimigos. No setor privado, o medo da demissão impede greves mais amplas. No setor público, os servidores são tratados como inimigos quando reivindicam o mínimo. E as centrais sindicais, domesticadas por anos de conciliação, atuam mais como gestoras de benefícios do que como instrumentos de luta. Entre o resgate da memória das lutas operárias de outros tempos e o cenário do desmonte dos direitos trabalhistas e da desregulamentação do trabalho atual, o Dia Internacional do Trabalhador não pode ser mais um dia de celebração da farsa, mas sim uma demonstração da força da mobilização dos trabalhadores em suas cidades. Os meses iniciais do ano de 2025 têm demonstrado que a fagulha resiste: nos serviços, no transporte, no comércio, nos aplicativos, nas universidades, surgem mobilizações reais, nascidas das bases, que apontam para o significado do primeiro dia do mês de maio como data central das lutas da classe trabalhadora – em especial, no que diz respeito à luta pela redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1.

Juventude

Jovens, negros e mulheres: pesquisa revela perfil dos trabalhadores explorados na escala 6x1

Jornada se concentra no comércio e funciona junto aos baixos salários e altos índices de adoecimento; mais de 92% dos trabalhadores são a favor da redução.

Uma pesquisa, realizada em conjunto entre o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro (SECRJ) e o Observatório do Estado Social Brasileiro (OSB), lançada no último mês de março, revelou o perfil da maioria dos trabalhadores da escala 6x1 e os impactos dessa jornada no seu cotidiano.

Publicado em formato de livro digital, o estudo foi batizado de “O que esconde a escala 6x1 – Roubo de tempo e cotidiano dos trabalhadores precarizados”, e entrevistou 3.027 trabalhadores e trabalhadoras submetidos à escala de seis dias de trabalho seguidos, com apenas uma folga semanal, em 394 cidades diferentes pelo Brasil.

A pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro de 2024 e março de 2025, e cada participante respondeu a 26 perguntas sobre condições de trabalho e deslocamento, saúde física e mental, rendimentos, assédio e expectativas em relação ao futuro, entre outras informações.

“O estudo apresenta um panorama do sofrimento de quem trabalha seis dias por semana, mais de oito horas por dia, uma escala que não permite equilibrar trabalho e vida privada”, explicou Márcio Ayer, presidente do SECRJ. Demonstrou, também, que parte das empresas que aplicam a jornada 6x1 aos seus trabalhadores está no comércio, em especial os mercados, hipermercados e atacarejos. Cenário de precarização que é caracterizado também por baixos salários e altos índices de adoecimento.

Ao todo, 33% dos entrevistados trabalham no setor de mercados há mais de 4 anos, e entre os cargos mais mal remunerados, com salários de até R\$ 1.412,00, a função de operador de caixa se destaca, com 23% dos participantes da pesquisa.

Quando o assunto é saúde, 48,5% dos trabalhadores revelaram terem passado por atraso ou apresentado atestado médico no último mês. Desse total, 16,3% são funcionários de mercados.

No Brasil, os jovens de 18 a 24 anos ocupam a faixa etária com o maior número

de desempregados entre os trabalhadores. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1,93 milhões de jovens não tinham emprego no último semestre de 2024, um total de 12,9% dos desempregados.

Sem perspectivas melhores, fica difícil para a juventude fugir da vida precarizada que o trabalho 6x1 impõe. Dos trabalhadores desta faixa etária, a pesquisa aponta que 41,84% são atendentes de lanchonetes, 34,67% repositores de mercadoria e 34,48% atendentes de lojas e mercados.

Para as mulheres, que acumulam jornadas de trabalho formal com o trabalho de cuidado de crianças, idosos e enfermos na família, além das atividades domésticas, a escala 6x1 também é a realidade massacrante. De acordo com o estudo, 43,7% dos trabalhadores 6x1 são mulheres.

Com um percentual de 63%, a maioria dos trabalhadores da escala 6x1 que participaram do estudo eram negros (pretos ou pardos). Essa parcela da população também é maioria nos cargos de menor remuneração, e a pesquisa apontou que 72,2% atuam no setor de mercados.

Entre as entrevistadas, mulheres pretas representam 89,7% dos operadores de caixa, função que oferece os menores salários.

Com uma rotina de seis dias seguidos de trabalho, mais de 40 horas por semana, tempo de deslocamento e empresas que desrespeitam leis trabalhistas para aumentar ilegalmente a carga horária, os trabalhadores praticamente não têm tempo para mais nada.

A pesquisa revelou que 68% dos funcionários em escala 6x1 não estudam, e do total de entrevistados 62% estão solteiros. Além disso, o estudo também apurou que 48% dos trabalhadores foram obrigados a trocar, no último mês, seu único dia de folga que cairia no domingo ou em um feriado, e 75% acreditam que isso impactou negativamente sua vida pessoal e seus relacionamentos.

DISPUTAR O PRESENTE, CONSTRUIR O FUTURO:

Ajude a **União da Juventude Comunista (UJC)** a levar sua delegação pro

60º CONUNE! Contribua através do PIX:



saiba mais em nossas redes: @UJCbrasil ou nosso site UJCbrasil.com



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Economia

Lula e Haddad empurram trabalhador para a dívida com novo crédito consignado

Novo crédito consignado com FGTS vira presente para bancos.

O governo Lula-Alckmin, pela mão de Fernando Haddad, lançou recentemente o programa “Crédito do Trabalhador”, uma nova modalidade de crédito consignado voltada a celetistas do setor privado, que promete juros menores. No entanto, por trás do discurso de “inclusão produtiva” e “liberdade financeira”, a medida escancara o aprofundamento de uma lógica neoliberal: transformar direitos trabalhistas em garantias para a lucratividade dos bancos. Empurrando a classe trabalhadora ainda mais fundo no labirinto do endividamento.

O programa permite que trabalhadores com carteira assinada contratem empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento, utilizando até 10% do saldo do FGTS e 100% da multa rescisória como garantia. Ou seja, em caso de demissão sem justa causa, o banco pode tomar o dinheiro que seria um respiro financeiro do trabalhador, o FGTS, para cobrir o débito. O valor restante, se houver, vai para o bolso do trabalhador. Se a dívida for maior do que a garantia, o que não é improvável, o trabalhador segue devendo, agora sem emprego.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Francisco Macena, “se está devendo R\$ 20 mil, é R\$ 20 mil que o banco vai poder pegar”. O banco não perde nunca. Quem arca com o risco, e

com as consequências, é sempre o lado mais fraco da relação.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é, em essência, um direito trabalhista que visa oferecer proteção ao empregado em caso de demissão. No entanto, o governo social-liberal atual opta por tratá-lo como moeda de troca em nome da “inclusão financeira”. Com o novo modelo de crédito, o trabalhador se vê seduzido por promessas de juros menores, ainda que muito acima da inflação, mas oferece em troca um dos poucos instrumentos de estabilidade que possui em uma vida de incertezas: seu FGTS.

Na prática, essa é uma política que transfere risco para o trabalhador e segurança para os bancos. O FGTS, antes resguardado para emergências ou aquisição da casa própria, agora vira caução para alimentar uma estrutura de crédito voltada ao lucro do setor financeiro, o mesmo que lucrou R\$ 145 bilhões em 2023. Outra característica perversa do novo modelo é o desconto automático no contracheque. O trabalhador não recebe o dinheiro para decidir o que fazer com ele, o banco já abocanha uma fatia da renda na fonte. O eSocial e o FGTS Digital foram atualizados para garantir essa eficiência operacional, que não serve ao trabalhador, mas ao credor.

Caso haja inadimplência, o empregador é responsabilizado por



Brasília (DF), 12/03/2025 – Cerimônia de lançamento do programa “Crédito do Trabalhador”. Foto: Matheus Itacarambi/ Reprodução Governo Federal.

repassar os valores à instituição financeira. Mesmo quando há erro ou necessidade de ajuste, o trabalhador deve negociar diretamente com o banco, que continua detendo o poder de cobrança com juros e encargos.

O Brasil já vive uma crise de endividamento: segundo a Serasa, mais de 73 milhões de pessoas estavam endividadas até outubro de 2024. A modalidade do consignado, como bem apontam especialistas, tem riscos diferentes quando aplicada ao setor privado. Servidores públicos, aposentados e pensionistas têm renda estável. O trabalhador da iniciativa privada pode ser demitido a qualquer momento e, com isso, ver seu direito ao FGTS ir direto para o banco. Com o novo consignado, a precarização se aprofunda. O governo alardeia que trabalhadores poderão “sair da mão dos agiotas”, mas os juros continuam altos. E a suposta liberdade de escolher entre bancos privados e públicos ignora o

fato de que, na lógica do mercado financeiro, todos oferecem o mesmo produto: dívida.

A propaganda oficial fala em “transformar o Brasil com emprego, educação e acesso ao crédito”. Mas o que se vê é a continuidade do receituário neoliberal, agora disfarçado de medida popular. A promessa de Haddad de “mudar o país” com mais crédito nada mais é do que a adaptação de velhas fórmulas de endividamento a um novo público: os celetistas, os trabalhadores rurais, os empregados domésticos, os trabalhadores informais regularizados. O projeto, que entra plenamente em vigor a partir de junho, é tratado como “inovador” por sua digitalização via CTPS Digital, FGTS Digital e integração com eSocial. Mas essa modernização técnica apenas esconde um problema estrutural: a financeirização da vida do trabalhador, transformando-o em cliente endividado para girar a engrenagem do capital.

Internacional

Reeleição de Noboa no Equador é marcada por denúncias de fraude e estado de exceção

O presidente equatoriano Daniel Noboa foi reeleito neste domingo (13), em um pleito marcado por denúncias de irregularidades e por um decreto de estado de exceção às vésperas da votação. Com 90% das urnas apuradas, Noboa, candidato da extrema direita, obteve 55,8% dos votos, garantindo mais quatro anos de mandato. Sua adversária, Luisa González, da Revolução Cidadã, ficou com 44,1% dos votos válidos.

A Revolução Cidadã e diversas organizações populares rejeitaram os resultados oficiais, denunciando um processo eleitoral marcado por irregularidades. O partido anunciou que solicitará a recontagem dos votos e expôs práticas que colocam em xeque a legitimidade do pleito. Andrés Arauz, secretário-geral da Revolução Cidadã, denunciou que inúmeras atas eleitorais foram registradas sem as assinaturas obriga-

tórias do presidente e do secretário das Juntas Receptoras de Voto (JRV) — violando a legislação eleitoral e, em todos os casos, favorecendo o candidato da extrema-direita. A CELAC Social somou-se às denúncias, apontando mudanças arbitrárias de última hora nos locais de votação, uso clientelista da máquina pública, exclusão deliberada de observadores internacionais e a negação do direito ao voto para milhares de equatorianos no exterior.

A legitimidade do pleito foi ainda mais contestada após a decretação de estado de exceção na véspera da votação. No sábado (12), Daniel Noboa impôs a medida em Quito e em outras sete províncias, sob a justificativa de “graves distúrbios internos” provocados pelo avanço da violência e pela presença de grupos armados. A decisão foi duramente criticada pela oposição, que denunciou o uso político e au-

toritário do recurso para restringir a mobilização popular e interferir no processo eleitoral. O decreto suspendeu garantias constitucionais básicas, como a inviolabilidade do domicílio e da correspondência, e autorizou toques de recolher em 22 cidades do país.

A reeleição de Daniel Noboa consolida a guinada à extrema direita iniciada com o governo de Guillermo Lasso, aprofundando o domínio de uma elite econômica tradicional fortemente vinculada ao setor agro-exportador. Como herdeiro de uma das famílias mais influentes do país, Noboa simboliza a continuidade de um grupo que historicamente controla setores importantes da economia equatoriana. Seu governo tem se destacado pela militarização da vida civil, repressão aos movimentos populares e submissão crescente aos interesses dos Estados Unidos. Propostas para reinstalar bases mi-

litares estrangeiras — proibidas pela Constituição desde 2008 — e a manutenção de acordos que permitem o uso de portos e aeroportos equatorianos, inclusive nas Ilhas Galápagos, evidenciam o aprofundamento desse alinhamento. A visita de representantes do Comando Sul dos EUA e o treinamento de forças locais por militares estadunidenses marcaram essa crescente aproximação entre os dois países. Durante a campanha, Noboa defendeu explicitamente o estreitamento de laços com Washington e chegou a propor uma parceria com a empresa Blackwater, conhecida por fornecer mercenários em zonas de conflito. Combinando repressão interna, dependência externa e um cenário de crise energética e violência crescente, sua reeleição aprofunda a entrega da soberania nacional em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.



Foto: EFE/EPA/JOHN TAGGART

Economia

A guerra comercial de Donald Trump e seus impactos na economia estadunidense e brasileira

Reeleito com uma plataforma que prometia diversas mudanças no tratamento que os Estados Unidos têm em relação a seus principais parceiros comerciais – em especial a China – Donald Trump começou seu mandato de maneira explosiva, retomando a postura agressiva na política internacional de seu mandato anterior, de 2017 a 2020.

Abandonando qualquer princípio de livre comércio, Trump, desde o início do seu mandato, anunciou uma enorme elevação de tributos sobre importação de mercadorias, com destaque à China, cuja tributação saiu de 34% para 145%. Nesse sentido, ressalta-se a enorme importância que a economia chinesa tem com os Estados Unidos, estando apenas atrás da União Europeia no volume de produtos importados na balança comercial.

Um dos efeitos mais claros dessas medidas é a elevação dos preços de praticamente todos os produtos chineses, com risco de uma espiral inflacionária, atingindo principalmente a classe trabalhadora estadunidense, que não possui meios de se proteger dos impactos dessa guerra comercial.

Assim, com o objetivo de proteger o mercado consumidor doméstico para os grandes empresários estadunidenses, encarecendo artificialmente produtos chineses, Donald Trump irá impor os custos dessa guerra comercial aos trabalhadores estadunidenses, que já sofrem, desde a administração anterior de Joe Biden, com elevada inflação.

Ocorre, dessa maneira, a já

esperada fórmula dos gestores do capitalismo em lidar com as crises econômicas decorrentes da própria lógica desta sociedade, colocar todos os ônus em cima da classe trabalhadora, salvando os próprios causadores da crise. Se durante a crise financeira de 2008 os bancos, que tomaram a casa de dezenas de trabalhadores, receberam trilhões de dólares em ajuda do governo, agora os grandes monopólios estadunidenses querem impedir que os próprios monopólios da China entrem em seu mercado doméstico.

Ou seja, o livre mercado só existe quando convém para os Estados Unidos, quando encontram um adversário forte o suficiente para competir com suas empresas, o discurso protecionista volta com força.

Temos então um quadro sombrio pela frente. Um cenário econômico onde a inflação deve retomar com força combinada a uma possível recessão no futuro em razão dos impactos no aumento dos custos de produção que essa guerra comercial deve causar. No presente, a economia estadunidense já apresenta alguns sinais de desaceleração embora ainda tímidos, entre eles está a elevação da taxa de desemprego de 3,4% em abril de 2023 para 4,3% março de 2025. Ainda, as projeções mais recentes do próprio banco central estadunidense (chamado, em inglês, de Federal Reserve) apontam para um crescimento do PIB de apenas 1,7% neste ano, em contraste com a expansão de 2,8% observada em 2024.

A experiência histórica de como o Federal Reserve lida com

espirais inflacionárias dá pistas de como será a sua reação caso ocorra novamente uma elevação dos preços, mesmo no caso em que as causas dessa inflação seja por um aumento de custos criados artificialmente pelo governo.

Em 1979, em reação a uma inflação de custos causada por uma crise na oferta de petróleo, o Federal Reserve reagiu com uma enorme alta na sua taxa de juros, causando uma profunda recessão, com elevado desemprego, para controlar e reduzir a inflação. As medidas utilizadas pelo banco central causaram uma onda de demissões, com a taxa de desemprego saindo de 5,6% em maio de 1979 e atingindo 10,8% em 1982, com um período turbulento e recessivo que durou três anos. Ainda, após esse triênio a força do movimento operário nos Estados Unidos sofreu um baque, com taxas de dessindicalização aumentando rapidamente, perdas que até hoje não foram recuperadas.

A guerra comercial no capitalismo dependente brasileiro

Para o Brasil, os impactos são semelhantes na esfera econômica, mas também revelam as diferenças que existem do capitalismo do centro do sistema de dominação imperialista e daqueles que estão incluídos de forma dependente. O Banco Central do Brasil (Bacen), recentemente sob o comando do indicado do presidente Lula, Gabriel Galípolo, deve adotar estratégia se-

melhante no combate à inflação, ou seja, promover uma desaceleração econômica para domar a alta no nível de preços.

Como a história recente demonstra, desde o golpe contra a presidente Dilma, a burguesia brasileira tenta compensar as mudanças ocorridas no cenário global, em especial aquelas que afetam negativamente sua taxa de lucro, intensificando o ataque contra a classe trabalhadora, propondo toda sorte de destruição de direitos e aumentar a exploração. É isso que significa a reforma trabalhista (2017) que prejudicou enormemente o movimento sindical; o teto de gastos do instituído no governo Temer (2016); a reforma da previdência (2019), aumentando a idade da aposentadoria.

Todavia, o Governo Lula-Alckmin não parece apresentar uma oposição a nenhum desses fatores elencados, pelo contrário, muitas vezes promove o seu aperfeiçoamento. É o caso do Novo Teto de Gastos, que continua a lógica de austeridade imposta desde 2016, em conjunto com a continuidade da política monetária de Campos Neto (antigo presidente do Bacen, indicado por Bolsonaro) por Gabriel Galípolo.

Nessa atual conjuntura, portanto, não se pode esperar uma reação generosa do Governo Federal para com os trabalhadores, trata-se de um governo que irá atender aos interesses dos grandes empresários e financistas, impondo os piores custos da crise econômica nos ombros da classe trabalhadora.

Amazônia

Fundo Amazônia: países que destroem a região estão entre os maiores doadores

Noruega doou US\$ 60 milhões ao Fundo em 2024, enquanto a norueguesa Norsk Hydro, envolvida em sete desastres ambientais nas últimas décadas, lucrou US\$ 450 milhões com exploração de minérios no Pará no mesmo ano.

Em novembro de 2024, a Noruega anunciou uma nova doação de US\$ 60 milhões ao Fundo Amazônia. No evento, o primeiro-ministro norueguês Jonas Gahr Støre declarou que o país estaria “ajudando a proteger um dos ecossistemas mais importantes do planeta”. Já a mineradora norueguesa Norsk Hydro, entre as principais responsáveis pela exploração de bauxita no norte do país e envolvida em pelo menos sete desastres ambientais na região, lucrou US\$ 453 milhões no mesmo ano. O governo da Noruega figura como acionista majoritário da Hydro, com mais de 34% das ações da empresa.

Maior produtora de alumínio no Brasil, a Norsk Hydro opera através de três subsidiárias principais: a Mineração Paragominas (MPSA), responsável por extrair a bauxita na cidade de Paragominas, norte do Pará, e transportá-la até as instalações da Alunorte, outra subsidiária que processa o minério em Barcarena (PA), extraindo a alumina. Já a Albras, a partir de sua planta em Barcarena, produz e exporta ligas e lingotes de alumínio a partir da alumina. A Albras e a Alunorte pertenciam à Vale até 2010, quando a mineradora brasileira vendeu a maior parte das ações à Hydro, tornando-se sócia minoritária das duas empresas. Atualmente a refinaria de Barcarena é a maior do mundo fora da China.

Dentre os principais desastres ecológicos de responsabilidade do complexo industrial Albras/Alunorte, destacam-se o derramamento de carvão mineral no Rio Pará em 2002; o estouro do tanque de soda cáustica da Alunorte, contaminando o Rio Pará em 2003 e novamente em 2005; e quatro vazamentos de lama vermelha das bacias de rejeitos da Alunorte no Rio Murucupi em 2003, 2009 e 2018, que também inundaram parte da cidade com lama e contaminaram outros rios e igarapés com rejeitos de bauxita, comprometendo as fontes de água potável da população local.

Apesar disso, reportagem da ONG Salve a Floresta de setembro do ano passado denunciou que a Norsk Hydro estaria desmatando a floresta amazônica na região dos municípios de Tomé-Açu e Acará

(PA) para instalar um novo mineroduto para o transporte de bauxita, ao lado da tubulação já existente. Segundo relato de moradores, as obras estariam poluindo os afluentes do Rio Acará com sedimentos. Outro grande contribuinte para a preservação da Amazônia é a França. Embora não tenha doado para o Fundo, o presidente francês Emmanuel Macron assinou um acordo com o governo brasileiro que estabelece um programa de investimentos na bioeconomia da Amazônia brasileira e da Guiana Francesa. A proposta é arrecadar, entre investimentos públicos e privados, cerca de € 1 bilhão em quatro anos.

Por outro lado, a mineradora francesa Imerys é mais uma empresa instalada na região, dona da maior fábrica de beneficiamento de caulim (uma argila de cor branca utilizada em produtos como plástico, borracha, porcelana, vidros, tintas, pesticidas e cosméticos) do mundo também em Barcarena.

A Imerys, que teve lucro de € 196 milhões apenas em 2024, é apontada como responsável por um total de nove desastres ambientais na região. Dentre eles, seis vazamentos de caulim a partir da bacia de rejeitos entre 2004 e 2016, contaminando o Rio Pará, além do rompimento de um duto com efluentes ácidos em 2011, que contaminou os igarapés Curupeté e Dendê, e um incêndio nas instalações da mineradora em 2021 que atingiu a cidade com uma nuvem de fuligem.

Amazônia saqueada: mineração, capitalismo e dominação

Os minérios extraídos do Brasil por esses países e a riqueza monetária que eles geram é superior a qualquer financiamento ao Fundo Amazônia. Além do mais, essa relação predatória devasta a vida da população local e contribui para a crise climática. Até 2018, a Norsk Hydro respondia a 2 mil processos judiciais por danos ambientais e à população local. Já moradores atingidos pela fumaça tóxica do incêndio no galpão da Imerys relataram diversos problemas de saúde, incluindo uma mulher grávida de dois meses

à época que afirma ter dado à luz prematuramente em decorrência da inalação de componentes químicos.

Embora a mineração seja frequentemente justificada pelos governos a partir do seu potencial de desenvolvimento econômico, os benefícios gerados não chegam às comunidades locais. As cidades que abrigam essas operações, como Barcarena, que apresenta um dos piores índices de desenvolvimento humano (IDH) no Pará, continuam a enfrentar altos níveis de pobreza, desemprego e precariedade nos serviços públicos.

“Soberania não é papo pra depois”

Conforme dados do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), entre 2000 e 2015 a mineração foi responsável por 10% de todo o desmatamento da Amazônia, com maiores atividades no Pará. Para além da urgente necessidade de reestatizar empresas como a Vale e até mesmo impedir que as corporações estrangeiras explorem a região, é necessário regular as atividades industriais conforme a necessidade do povo e garantir que os direitos das populações locais sejam respeitados. Mas isso não será realizado pelo estado burguês atual, mas sim pela mobilização do povo na construção do poder popular.

Deve-se também questionar a base do sistema econômico capitalista, pois mesmo sob a estatização, os riscos ambientais são iminentes. Sob esse modelo, o lucro sempre estará acima da vida, e tragédias ambientais como as de Barcarena se tornarão comuns. O capitalismo já demonstrou que até mesmo a mineração estratégica está sujeita à degradação socioambiental. Nesse sistema, a destruição ecológica e o impacto sobre comunidades são tratados como efeitos colaterais aceitáveis da exploração desenfreada da natureza. Portanto, a luta pelo socialismo é necessária.

O Brasil precisa construir uma soberania nacional que priorize a reestruturação dos biomas e o enfrentamento da crise climática. O país já teria condições de ser autossuficiente em relação ao proces-

so disposto de degradação do meio ambiente se os recursos atualmente destinados ao agronegócio e a burguesia nacional fossem aplicados na recuperação dos ecossistemas e no fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, na estatização de empresas estratégicas e do fim de acionistas estrangeiros em empresas públicas, bem como, o fim do teto de gastos que limita a destinação de recursos à mitigação dos efeitos da mudança do clima. Nesse cenário, o Brasil não dependeria de financiamentos externos que reforçam sua subordinação a países estrangeiros.

Se os países imperialistas que doam para o Fundo Amazônia como Noruega, Alemanha e Estados Unidos estivessem preocupados com o meio ambiente, os seus empreendimentos minerais e setor energético não seriam aplicados nos países periféricos. Esses países podem até diminuir a passos de jabuti suas emissões de gases de efeito estufa em seu próprio solo, mas causam aumento das emissões e degradação da vegetação e rios em países subdesenvolvidos.

Essa redução simbólica revela, na verdade, que as potências imperialistas já esgotaram boa parte de seus próprios recursos, como minérios e petróleo, e agora expandem sua busca por matérias-primas pelo restante do mundo. A tudo isso, soma-se a lógica da superexploração da força de trabalho nos países explorados, onde a devastação ambiental anda lado a lado com a precarização da vida.

Em 2024, o Fundo Amazônia bateu recorde de R\$ 882 milhões em aprovações de projetos, mas esse valor representa apenas 0,22% do Plano Safra 2024/2025. Isso expõe a contradição de uma gestão do governo Lula-Alckmin que tenta equilibrar, de forma abstrata, o discurso ambiental com a prioridade dada ao agronegócio e a subordinação do país ao imperialismo, fazendo concessões à burguesia interna brasileira enquanto acena com alguns trocados a políticas públicas que irão chegar até algumas áreas degradadas, mas que nem por um momento romperão com essa arquitetura da destruição.

Nota política do Comitê Central do PCBR – A COP30: Ilusões no “capitalismo verde” e ataques à classe trabalhadora

Em novembro deste ano, será realizada a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

de 2025 (COP30) na cidade de Belém do Pará. É inegável, de qualquer ponto de vista, que a situação climática e ambiental, em nível global, chega a uma situação crítica, fruto do desenvolvimento capitalista acelerado e de uma disjunção entre as condições de produção capitalista

e as necessidades humanas e ambientais. A COP30 representa mais um encontro de grandes Estados aglutinados sob a ONU para a “discussão” de como resolver ou mitigar os problemas da crise.

Leia na íntegra em:



Sindical

Desregulamentação do trabalho no Brasil e o significado do 1º de Maio

A história da desregulamentação do trabalho no Brasil e os ataques sistemáticos à classe trabalhadora demonstram a necessidade da construção do 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador.

por Stella

A Consolidação de Leis do Trabalho (CLT) surgiu em 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943. Essa legislação, que existe até os dias atuais, foi fruto de um intenso processo de lutas da classe trabalhadora desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX. A CLT deu à classe trabalhadora garantias mínimas, como a jornada de trabalho de 8 horas diárias ou 48 horas semanais, o descanso semanal remunerado (DSR), as férias remuneradas; o adicional de férias (13º salário); o salário mínimo (que já era previsto desde 1936, mas foi enfim regulamentado), e a proteção ao trabalho da mulher e do menor.

Na década de 50, a continuidade da luta dos trabalhadores avança também para a conquista da Lei nº 2.757/1956 que estabeleceu o 13º salário (gratificação natalina), inicialmente apenas para os trabalhadores da indústria, e a Lei nº 4.090/1962 que estendeu o 13º salário a todos os trabalhadores.

Apesar de ter como objetivo reunir as leis trabalhistas que garantem o mínimo de segurança nas relações de trabalho, a CLT também passou pela resistência dos capitalistas em relação à extensão dos direitos dos trabalhadores. Hoje, o Brasil vive um cenário em que as relações de trabalho sofrem processos de desregulamentação. Na década de 90, a burguesia brasileira acirrou os sistemáticos ataques aos direitos trabalhistas e se empenhou na criação de modalidades precárias de trabalho, como a terceirização e o estímulo à informalidade.

No período da ditadura empresarial-militar, houve profundas mudanças na flexibilização das relações trabalhistas, como a criação do regime de trabalho temporário (Lei nº 6.019/1974), a substituição da Estabilidade Decenal (Lei nº 5.107/1966) pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e a criação do estágio profissional (Lei nº 6.494/1977), que desfaz o vínculo empregatício. Antes da Constituição Federal de 1988 ampliar direitos trabalhistas importantes como a licença-maternidade de 120 dias, a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais, o direito à greve e o seguro desemprego, houve dispositivos legais relacionados ao trabalho rural e ao trabalho doméstico, pelas leis nº 5.859 de 1972 e nº 7.102 de 1983, respectivamente. Além dessa regulamentação ser meramente formal, o Brasil viveu em 1974 um dos principais golpes aos direitos traba-



Entregadores em Belo Horizonte (MG) durante o "Breque Nacional dos Apps 2025", que teve mobilizações em mais de 100 cidades do Brasil. Foto: Jornal O Futuro.



Comemoração do Dia do Trabalhador em São Paulo em 1944. Foto: Centro Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional.

lhistas, a Lei da Terceirização (Lei nº 6.019/1974, e suas atualizações) que estabeleceu a permissão de se terceirizar atividades-meio, e depois em 2017 também abrangendo a terceirização para atividades-fim, com a Lei 13.429 de 2017.

Desde então, o estágio da desregulamentação do trabalho no Brasil é devastador. Em 2017, a reforma trabalhista iniciou uma verdadeira demolição dos direitos sociais da classe trabalhadora no Brasil. Acontece que a reforma do trabalho de 2017 não é, nem de longe, a única fonte desses ataques sistemáticos: existe em curso uma intensa destruição por meio de um conjunto

de reformas, ataques às instituições públicas que atuam pelo equilíbrio mínimo das relações de trabalho e decisões que destroem os direitos consolidados e reconhecidos das e dos trabalhadores.

Em 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF), que atua como vanguarda no ataque aos direitos trabalhistas, decidiu que normas de acordos e convenções de trabalho limitem, restrinjam ou afastem direitos trabalhistas, excetuando apenas os direitos indisponíveis previstos na Constituição Federal. Essas decisões não apenas enfraquecem as entidades sindicais como desmobilizam os trabalhadores e reafirmam a crença

de que a autonomia das partes nos contratos de trabalho não será prejudicada por meio da relação de dominação entre as classes.

A desregulamentação do trabalho no Brasil é um projeto de desmonte dos direitos trabalhistas que tem como repercussão a própria capacidade e contencioso de organização do proletariado, que acaba por enfraquecer as mobilizações sociais. O Dia Internacional do Trabalhador, comemorado no 1º de Maio, sofre também de uma crônica desmobilização por conta do aumento exponencial da informalidade. Mesmo com a consciência do significado histórico das leis trabalhistas e como elas funcionam para garantia do mínimo, o processo de desregulamentação do trabalho gera uma situação de total submissão de trabalhadoras e trabalhadores às jornadas exaustivas, como os empregos que adotam a escala 6x1, ao risco de desemprego e às condições insalubres de trabalho.

Por jogar grande parte da massa trabalhadora num cenário de desamparo à margem da legislação, as condições de trabalho atualmente demonstram não só o percurso institucional desses ataques, como a necessária consciência e mobilização de um 1º de Maio massivo, para que o proletariado retome às ruas com combatividade e independência política frente à burguesia e seus governos que destroem os direitos dos trabalhadores. Dentre as urgentes demandas, o horizonte de superação da desregulamentação do trabalho, com a revogação das reformas trabalhistas e previdenciárias, e o papel do movimento sindical operário são pontos essenciais para uma agenda desse enfrentamento que deve colocar o Dia Internacional do Trabalhador como a data mais importante do primeiro semestre de 2025.

Além do calendário de lutas pela redução da jornada de trabalho, que se iniciou em 15 de novembro de 2024, no primeiro semestre de 2025 houve uma série de movimentações e paralisações de categorias em busca de melhores condições de trabalho. Os trabalhadores entregadores de aplicativos construíram paralisações em mais de cem cidades nos dias 31 de março de 1º de abril com o Breque dos Apps; os petroleiros se organizaram em paralisações e greves nacionais também nos meses de março e abril; em todo território brasileiro há notícias de servidores públicos, trabalhadores da saúde, da educação, da indústria e do comércio lutando contra patrões e governos.



Trabalhadores da Belgo-Mineira em Contagem/MG em abril de 1968 – Foto: Centro Sérgio Buarque de Holanda. Fundação Perseu Abramo.

Sindical

57 anos da Greve de Contagem

A Greve de Contagem, organizada por operários do setor metalúrgico em pleno aprofundamento do regime empresarial-militar, foi um dos primeiros e mais corajosos movimentos grevistas a desafiar a repressão do governo Costa e Silva

por Diego Miranda

Em abril de 1968, enquanto o Brasil vivia sob a repressão da ditadura empresarial-militar, uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, deixou seu legado na história de resistência operária. A Greve de Contagem, organizada por operários do setor metalúrgico em pleno aprofundamento do regime empresarial-militar, foi um dos primeiros e mais corajosos movimentos grevistas a desafiar a repressão do governo Costa e Silva. Quase 16 mil trabalhadores paralisaram as fábricas, exigindo melhores salários e condições de trabalho – e pagaram um alto preço por isso.

Desde o golpe empresarial-militar em 1964, os processos de repressão avançaram, enquanto a classe trabalhadora vivenciava o arrocho salarial. Enquanto o governo realizava apenas reajustes irrisórios, os salários eram corroídos em função da inflação. Para conter esse movimento de insatisfações, foi instaurada a Lei Antigreva (Lei nº 4.330/1964), que tornava as greves praticamente ilegais, além de realizar intervenções nos sindicatos, cassando várias diretorias sindicais e colocando, no lugar, interventores nomeados pelo governo.

No dia 16 de abril de 1968, os

operários de grandes fábricas, como a Belgo-Mineira, da siderurgia, e a Mannesmann, da metalurgia, cruzaram os braços. Logo foram seguidos pelos operários da Acesita, RCA Victor, Demissa, Industam, SIMEL, Metalúrgica Triângulo, Pollig-Haakel, Minas-Ferro, Mafersa, entre outras. A pauta era clara: 1) aumento salarial de 25%; 2) melhores condições de trabalho; e 3) fim das perseguições aos dirigentes sindicais. Embora pareça, a greve não foi espontânea: foi construída de forma clandestina através de comitês de fábrica.

A reação do governo Costa e Silva foi enviar o então ministro do Trabalho, general Jarbas Passarinho, entre os dias 20 e 23 de abril. O ministro passou a intervir diretamente nas negociações, chegando a participar de uma assembleia dos trabalhadores e fazer ameaças na televisão. Mas isso não foi suficiente para intimidar o movimento grevista e fazer os trabalhadores recuarem. No dia 24 de abril, 1.500 policiais militares (PMS) e as forças do Exército foram enviados para Contagem para cercar as fábricas e fazer batidas na casa dos operários. A repressão ameaçou demissão sumária de vários operários e prendeu 20 líderes do movimento. Na prisão, as

direções do movimento grevista foram interrogadas sob tortura. Apesar da repressão, a greve só terminou quando o governo concedeu um aumento de 10%, menos do que era reivindicado pelo movimento.

Apesar de não ter alcançado todas as suas demandas, a Greve de Contagem teve um impacto duradouro de enfrentamento à ditadura empresarial-militar e na memória operária. Mesmo sob tortura e censura, os trabalhadores mostraram que a luta operária era possível nessas condições. Os 10% alcançados não foram apenas para os metalúrgicos de Contagem, mas para todos trabalhadores brasileiros. Nesse sentido, inspirou outros movimentos no mesmo ano, como o 1º de maio na Sé, em São Paulo (SP), e posteriormente a greve de Osasco (SP) em julho.

Em 1º de outubro de 1968, os metalúrgicos de Contagem fazem uma nova greve. A greve de outubro foi caracterizada por uma maior organização e planejamento, com a formação de um comando de greve e maior divisão de tarefas entre os operários. Dessa vez, a repressão é ainda pior, as prisões começaram ainda durante sua preparação. No primeiro dia, as tropas de choque já

ocupam a cidade e invadem as fábricas, os líderes do comitê de greve são presos e o sindicato é posto sob intervenção. Mais de 150 operários são demitidos e a paralisação acaba no dia 3.

No final de 1968, os militares, apoiados pelos empresários, editaram o Ato Institucional nº 5 (AI-5), fecharam o Congresso Nacional e assembleias legislativas dos estados, cassaram mais de 170 mandatos legislativos, autorizaram o presidente a intervir nos governos e suspenderam direitos e garantias constitucionais, tornando institucionais as torturas, prisões e perseguições.

Esses acontecimentos servem para evidenciar o caráter de classe da ditadura empresarial-militar, demonstrando os interesses da burguesia brasileira e internacional em salvaguardar seus interesses frente aos interesses dos trabalhadores. Cada greve e enfrentamento revelavam aos trabalhadores que os empresários e o governo Costa e Silva eram seus inimigos e que era necessário lutar contra eles. Os operários de Contagem foram o grande exemplo desse enfrentamento e nos deixaram o legado de combatividade a toda forma de exploração e opressão.

Ampliação da greve leva Passarinho a Minas disposto a reagir à “provocação”

Belo Horizonte (Sucursal) — Disposto a dialogar com os trabalhadores, o Ministro Jarbas Passarinho chega esta manhã de Brasília para tentar uma solução para a greve dos 1.400 operários da Belgo-Mineira, apoiados desde ontem por 300 empregados da Sociedade Brasileira de Eletrificação, que também cruzaram os braços.

Ao tomar conhecimento, em Brasília, de que os grevistas são agora 1.700, o Ministro do Trabalho disse que o Governo tem agido com extrema cautela e extrema tolerância, acrescentando: — Não violentaremos ninguém, mas não deixaremos que os empregados se deixem levar.

Metalúrgicos em greve são agora 6.700

Os metalúrgicos mineiros em greve — 6.700, ontem, com a adesão dos operários da Mannesmann — foram advertidos pelo Ministro Jarbas Passarinho: “Se querem briga, o Governo está disposto a brigar”. Em seguida, fez-lhes um apelo para que

PASSARINHO AMEAÇA USO DE FÔRÇA COM GREVISTAS

“Se os grevistas, que estão ultrapassando os sindicatos com os seus movimentos, tiverem contingentes militares que os apoiem, podem continuar na luta para derrubar o Governo, mas, se não os possuírem, aguentem as consequências que virão”, disse ontem o Ministro Jarbas Passarinho, em entrevista coletiva concedida à imprensa, na Casa do Jornalista.

O Ministro afirmou ainda que o Governo está disposto a fazer o que se constitui em fazer com que os trabalhadores entendam que devem voltar ao trabalho.

ILEGALIDADE

“A greve foi feita, com violação de todos os dispositivos legais. Os metalúrgicos tiveram o seu último reajuste em outubro. A greve só seria permitida 12 meses depois. Além disso, os grevistas ultrapassaram o próprio sindicato e praticaram atos de violência contra os trabalhadores.”

O Sr. Ministro acha impossível discutir salários com os grevistas, pois é certo de que elementos comunistas torpedeiam os entendimentos com o empregado, querendo prorrogar a greve.

Amazônia

Enchentes na Amazônia escancaram omissão do poder público

As águas voltaram a subir na Amazônia, inundando comunidades, tirando vidas e escancarando a negligência do poder público. Em Porto Velho, o Rio Madeira alagou 29 comunidades; em Manaus, as cheias causaram mortes; no Acre, mesmo com o nível atual do Rio Acre abaixo da cota de alerta, os efeitos da enchente de março ainda deixam rastros de destruição. Técnicos já mapearam os riscos, mas ano após ano, o roteiro se repete — não por acaso natural, mas por um projeto político que transforma a omissão em lucro e condena populações inteiras ao abandono.

O Serviço Geológico do Brasil (SGB) anunciou em março, que Manaus, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins (AM) enfrentariam novas inundações, e na mesma situação já se encontrava famílias em Rio Branco e Porto Velho. O alerta técnico prevê cheias com 75 dias de antecedência, mas mesmo assim as prefeituras e governos não agem previamente e quem paga são os ribeirinhos e trabalhadores da cidade. Sempre é a mesma história, o estado não age, o rio transborda e o pobre perde tudo.

No ano passado, os rios Amazonas, Madeira e Acre registraram níveis críticos durante uma seca histórica — contraste que evidencia o avanço da crise climática, marcada por extremos cada vez mais frequentes.

Em Porto Velho (RO), o Rio Madeira chegou a 16,73 metros em abril e alagou 29 comunidades. A culpa não é só da chuva. Barragens como a de Samuel, construída nos anos 1980 sob a promessa de “desenvolvimento”, alteraram o curso natural das águas. O represamento desregula o fluxo dos rios, amplifica as cheias e sufoca a vida ribeirinha. Moradores relatam que antes da construção da barragem, o rio subia e descia naturalmente. Na comunidade Terra Firme, famílias passaram semanas retirando água com baldes. Enquanto isso, crianças brincam em ruas alagadas, cercadas por lixo e fezes. Há denúncias de que caminhões-pipa só aparecem para distribuir água quando há câmeras filmando.

Enquanto o governo de Rondônia culpa a burocracia, famílias do Baixo Madeira seguem cozinhando arroz com água do rio. Nas comunidades de Calama, Demarcação e Rio Preto, o avanço das águas destruiu roçados, isolou casas e deixou moradores à própria sorte — sem kits emergenciais, alimentos ou medicamentos. “Nem um saco de farinha mandaram”, denuncia Marivani Reis, coordenadora do Movimento de Mulheres Ribeirinhas, em entrevista ao Rondônia Plural. O impasse? Uma disputa entre a prefeitura de Porto Velho e o dono de uma embarcação sobre os custos do transporte.

Em contrapartida, as verbas prometidas pelo Estado nunca se concretizam. “Dizem que a ajuda tá



Baixo Madeira em Porto Velho (RO). Foto: Laércio Cavalcante/MAB

na SEAS, mas aqui só vem mosquito e fome”, relata uma moradora de palafita, que usa trapos para conter a água que invade sua casa. Na prática, o socorro virou mais uma promessa vazia.

Mesmo com o Rio Acre em Rio Branco registrando 9,13 metros em 10 de abril (abaixo da cota de alerta de 13,50 m), os estragos da enchente de março, quando o rio ultrapassou o nível crítico, ainda trarão consequências por meses devido a omissão do governo. Naquele período, mais de 300 mil pessoas ficaram sem água potável por 11 dias após o colapso das estações de tratamento (ETA I e II), que não recebiam manutenção regularmente.

Em dezembro de 2024, diante do risco de um novo desabamento na Estação de Tratamento de Água I (ETA I), a Defesa Civil Municipal havia recomendado que a prefeitura decretasse emergência.

As duas únicas estações de tratamento pararam devido à forte correnteza, deixando comunidades inteiras sem acesso à água potável. Moradores denunciam que precisaram improvisar poços artesanais para sobreviver. Nas escolas, as aulas foram canceladas; nos postos de saúde, filas se formaram por suspeitas de leptospirose. Diante do colapso, a única resposta do governo do Acre foi decretar estado de emergência — uma medida que, na prática, não levou comida, remédio nem ajuda para reconstruir as casas destruídas.

Em meio à falta de água que ainda persiste de forma recorrente, a prefeitura do bolsonarista Tião Bocalom (PL), anunciou um novo aumento na conta d'água. Para maio, o Serviço de Água e Esgoto (Saerb), confirmou um reajuste de 4,76% na tarifa: 2,38% aplicado já em maio e mais 2,38% previsto para junho. O

valor mínimo, que era de R\$37,50, passará para R\$38,37. A justificativa? “Manter a qualidade do serviço” após o colapso das estações de tratamento, desligadas durante a enchente. Enquanto isso, são os moradores que pagam pelo prejuízo, improvisando o acesso à água e lidando com os impactos da crise. A prefeitura anunciou que pretende investir R\$9 milhões na ETA I — promessa que, até agora, não saiu do papel.

Em Manaus as enchentes levaram vidas e alagaram as principais avenidas. No bairro Cidade Nova, zona Norte, um deslizamento matou Sammya Maciel, líder comunitária conhecida como “mãe da Favela Fazendinha”, ocorrendo em uma área já mapeada como de alto risco desde 2019. Sammya foi soterrada tentando salvar vizinhos, incluindo uma criança. Moradores denunciam que há 10 anos alertavam sobre rachaduras e infiltrações no barranco, mas a prefeitura nunca instalou contenções ou realocou famílias.

A prefeitura culpa “construções irregulares”, mas ignora que 52 mil imóveis na cidade estão em áreas de risco, 17 mil só na zona Leste, onde o poder público ergueu até sede de secretaria em local propenso a alagamentos.

Após as enchentes, os discursos oficiais se multiplicaram em promessas de reconstrução. No entanto, na prática, o poder público tem atuado mais como agravante da crise do que como agente de solução. A falta de planejamento urbano, a negligência diante de alerta técnicos e os investimentos em infraestrutura voltados ao transporte de commodities, como a soja, em detrimento das necessidades da população, evidenciam a inversão de prioridades.

Não se trata de um desastre natural isolado, mas de um projeto

político estruturado. Mesmo com os alertas emitidos com 75 dias de antecedência pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), as ações do Estado se limitaram à criação de abrigos provisórios e ao envio pontual de caminhões-pipa. Para a população atingida, restam as canoas improvisadas, as casas de parentes superlotadas e a espera de que as águas baixem.

Além dos efeitos da crise climática, que torna as chuvas intensas e rápidas cada vez mais destrutivas, o cenário se agrava com a negligência de prefeituras, governos estaduais e federais, que seguem sem qualquer planejamento eficaz para mitigar os impactos. Falta investimento em ações básicas, como a revitalização de córregos e igarapés, construção de moradias em áreas seguras, sistemas de drenagem e coleta de lixo.

O poder público, por sua vez, prioriza obras inúteis e desconectadas da realidade das comunidades, enquanto ignora as pautas da classe trabalhadora. Mesmo em cidades amazônicas, a preservação das áreas verdes — uma das principais formas de conter alagamentos e enchentes — é negligenciada, com o desmatamento avançando sobre os ecossistemas urbanos.

A política de austeridade fiscal inviabiliza medidas preventivas, e ainda assim, os gastos com reconstrução após tragédias têm sido, nos últimos anos, até sete vezes maiores do que os investimentos em prevenção. Especialistas apontam que ações reativas não bastam: é necessário um compromisso real com a preservação ambiental, a justiça climática e o fortalecimento de políticas públicas estruturantes. Isso, no entanto, é incompatível com o novo teto de gastos do governo Lula-Alckmin e com o capitalismo baseado na exaustão da natureza e na superexploração dos trabalhadores.

Vale lembrar que, no ano passado, esses mesmos rios enfrentaram uma seca histórica. Durante a estiagem, os principais rios amazônicos — como Amazonas, Madeira, Purus e Acre — registraram níveis críticos. O Rio Negro, afluente do Rio Amazonas, atingiu o ponto mais baixo dos últimos 120 anos. No Acre, a seca severa afetou diretamente o Rio Purus e seus afluentes, como os rios Acre e Iaco, impactando metade da população do estado. Em Rondônia, o Rio Madeira teve o menor nível registrado em quase seis décadas.

O fenômeno El Niño agravou a estiagem, mas fatores como o desmatamento, a construção de hidrelétricas e a mineração contribuíram para aprofundar a crise. A alternância entre enchentes extremas e secas prolongadas é mais um reflexo da crise climática em curso, marcada por eventos cada vez mais severos e frequentes.

Agronegócio e clima

Crise hídrica, desertificação e injustiça ambiental: o retrato da seca no Piauí

Enquanto comunidades sertanejas sofrem com a seca e a fome, o agronegócio avança sobre a Caatinga com apoio institucional e subsídios públicos.

No início de abril de 2025, o Governo do Estado do Piauí decretou situação de emergência em 129 dos seus 224 municípios, devido à escassez de chuvas. A estiagem prolongada e severa, que já dura mais de nove meses, agravou drasticamente a escassez de água em regiões que, historicamente, já convivem com ciclos naturais de seca. A dimensão do problema é evidente: mais da metade do estado está com os seus sistemas hídricos comprometidos, afetando diretamente milhares de famílias, sobretudo em comunidades rurais, que têm na agricultura de subsistência sua principal forma de sustento.

Os dados divulgados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) mostram que o Piauí enfrenta um processo de “seca verde”, quando há uma aparência de normalidade na paisagem — com alguma vegetação ainda verde —, mas, na prática, as chuvas não são suficientes para abastecer mananciais, garantir a colheita e a segurança hídrica. Isso provoca um esgotamento gradual dos recursos naturais e agrava o já frágil equilíbrio ecológico da região.

A situação é particularmente crítica em municípios como Fartura do Piauí, onde não chove desde novembro de 2024. Animais morrem, plantações secam, e as famílias recorrem a medidas emergenciais para sobreviver. Segundo Admaelton Bezerra, presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), a situação está levando muitas famílias à fome: “A classe mais vulnerável realmente não tem nem o que comer”.

“Esta semana já vimos umidade de 18%; já tivemos o primeiro episódio de 40 °C em São João do Piauí. Estamos com a expectativa de que, em algumas áreas, essa condição da seca se agrave ainda mais, porque não estamos na estiagem propriamente dita — ela começa no final do outono, para o território piauiense —, então estamos enfrentando seca dentro da estação chuvosa”, relatou Cardoso.

O impacto do agronegócio na crise climática da região

A seca histórica deste ano no Piauí não é fruto apenas do clima característico da Caatinga, o bioma predominante da região. A estiagem prolongada é apenas a ponta do iceberg de um processo mais complexo, que envolve desigualdade social, modelo de uso da terra, exploração econômica de base extrativista, e uma política de desenvolvimento ambientalmente insustentável, amplamente financiada por recursos públicos.

A expansão do agronegócio nas últimas décadas no Piauí, sobretudo

nas regiões de cerrado e semiárido, tem aprofundado o desequilíbrio ambiental. A fronteira agrícola tem avançado sobre áreas de vegetação nativa da Caatinga e do Cerrado, promovendo desmatamentos em larga escala, compactação e empobrecimento do solo, erosão, contaminação por agrotóxicos, e crescente uso e contaminação de corpos hídricos.

Nesse processo, o bioma Caatinga está sendo destruído para dar lugar a monoculturas como soja, milho e eucalipto, voltadas sobretudo para exportação. Essa substituição de ecossistemas complexos e biodiversos por sistemas simplificados e mecanizados rompe com os ciclos naturais de retenção hídrica, reduz a infiltração de água no solo, desregula o microclima local e acelera o processo de desertificação, já visível em diversas áreas do estado. A Caatinga tem sido severamente afetada pela desertificação. Esse processo tem agravado a seca, tornando-a mais severa e prolongada, além de comprometer ainda mais a capacidade de regeneração natural do bioma.

O mapa de suscetibilidade à desertificação elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente já apontava o Piauí como uma das unidades federativas mais vulneráveis do país, com perda de cobertura vegetal, salinização de solos, e comprometimento dos aquíferos. Esse processo, ao contrário do que muitos pensam, não é “natural”: ele é fruto de escolhas políticas, econômicas e territoriais que privilegiam poucos à custa do sofrimento da maioria.

A contradição é cruel: enquanto comunidades tradicionais, agricultores familiares e povos originários enfrentam a escassez de água e a perda de suas terras e culturas, os grandes empreendimentos agrícolas continuam a operar com segurança hídrica garantida por irrigação intensiva, financiada por programas estatais como o Plano Safra. Em 2024, esse plano destinou R\$ 400 bilhões ao setor agropecuário brasileiro. No entanto, apenas 21% desse valor foi destinado à agricultura familiar, mesmo ela sendo responsável por parte expressiva dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros e por 67% da população ocupada na agricultura. O restante dos recursos segue alimentando um modelo agroexportador concentrador de terras, recursos e poder.

Além disso, medidas recentes do governo estadual agravam o problema: o governador Rafael Fonteles propôs a anistia de até 95% das multas ambientais aplicadas a desmatadores e poluidores — um retrocesso institucional que legitima práticas criminosas e incentiva a degradação ambiental em nome do “desenvolvimento econômico”. Essa política é parte de um projeto maior, que desloca a responsabilidade ambiental para os mais

pobres — camponeses, quilombolas, ribeirinhos e indígenas — enquanto favorece empresas transnacionais, bancos e latifundiários.

Enquanto isso, os efeitos da desertificação se intensificam. O solo perde sua capacidade de retenção de água, a biodiversidade local desaparece, as temperaturas sobem e os ciclos de chuva tornam-se ainda mais irregulares. A saúde da população se deteriora: doenças respiratórias, desnutrição e insegurança alimentar se tornam frequentes.

Neste momento em que o Brasil se prepara para sediar a COP 30, em Belém do Pará, é urgente que o país olhe para a sua realidade local. Enquanto a COP discute a mitigação das mudanças climáticas e propõe metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, a classes trabalhadora, que está mais vulnerável aos efeitos dessas mudanças, continua a sofrer as consequências de um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social e ambiental.

A Terra Resiste: Nacionalização das Terras, Justiça e Futuro

A classe trabalhadora do sertão, e de outras regiões afetadas pela seca, exige mais do que promessas vazias e medidas que não chegam ao povo. Torna-se urgente enfrentar a lógica destrutiva que sustenta o atual modelo de desenvolvimento nacional, baseado na concentração fundiária, na destruição ambiental e na submissão ao capital internacional. A intensificação dos eventos extremos é um reflexo direto do avanço desenfreado do agronegócio, que transforma a natureza em mercadoria e esgota os recursos naturais.

Esse modelo, que privilegia a produção voltada à exportação e beneficia grandes proprietários de terra, fundos de investimento e empresas multinacionais, perpetua a exclusão social, a desigualdade e o desequilíbrio ecológico. A falsa promessa de desenvolvimento baseada na supressão de vegetação nativa e no avanço de monoculturas não se traduz em melhoria de vida para os povos do campo, das florestas e das cidades. Pelo contrário, promove a expulsão de comunidades tradicionais, o esvaziamento do interior do país, a insegurança alimentar e a migração forçada de milhares de pessoas que já não encontram condições mínimas de subsistência em seus territórios.

Neste cenário, se torna cada vez mais urgente e necessário o debate sobre a nacionalização das terras. Essa é a base para a democratização do acesso à terra, o fortalecimento da agricultura familiar, agroecológica e

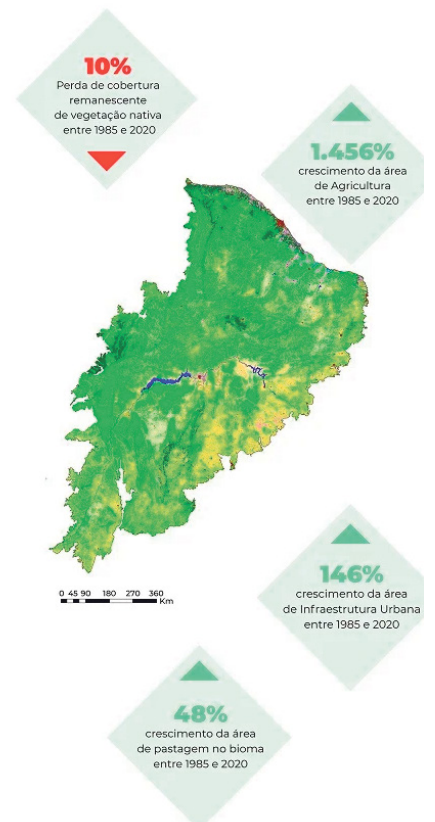
sustentável, e a valorização dos saberes e modos de vida dos povos do semiárido são caminhos concretos para a construção de um outro projeto de país. Enfrentar as mudanças climáticas exige romper com as bases estruturais da destruição ambiental, que estão enraizadas na lógica burguesa do sistema capitalista.

Nesse processo, o sertanejo não pode ser visto apenas como alguém que resiste por inércia às adversidades do clima. Ele deve ser reconhecido como sujeito político e protagonista na luta pela terra. Longe do estereótipo de mero “sobrevivente”, o povo do semiárido carrega experiências valiosas de convivência com o território que precisam ser valorizadas e fortalecidas. A luta pela reforma agrária, nesse sentido, não se limita à distribuição de terras: é também a defesa de um modelo de desenvolvimento que respeite os limites ecológicos e promova justiça social.

A crise hídrica no Piauí evidencia justamente a urgência dessa transformação. Mais do que um fenômeno climático isolado, ela escancara os efeitos de um modelo de desenvolvimento que concentra terras, esgota os recursos naturais e invisibiliza quem vive e produz no semiárido. As consequências não se limitam à falta de água: elas se traduzem em lavouras perdidas, insegurança alimentar, êxodo rural e desgaste social.

Leia na íntegra em jornalofuturo.com.br

DESTAQUES - COBERTURA E USO DA TERRA NA CAATINGA 1985-2020



Fonte: MapBiomias, 2022

Segurança Pública

Governo Lula-Alckmin alinha-se à extrema direita na criação das “Polícias Municipais”

O Governo Federal anunciou a conclusão da PEC da Segurança Pública, que prevê estender as atividades de policiamento ostensivo às Guardas Municipais. A medida revela o alinhamento do Governo petista à extrema-direita no tema da Segurança Pública e a sua firme adesão ao paradigma neoliberal.

No mês de março de 2025, o Governo Lula-Alckmin, através do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, anunciou a conclusão do texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública a ser enviado ao Congresso Nacional para aprovação. O texto da Proposta, que já previa a ampliação das forças policiais no país, agora também prevê estender as atividades de policiamento ostensivo às Guardas Municipais, criando, na prática, “Polícias Municipais”. Segundo o Ministro Ricardo Lewandowski, a PEC pretende alargar as funções das Guardas para o “policiamento urbano, ostensivo e comunitário”, e que essas Guardas passarão a receber “o controle externo do Ministério Público”. Essa inclusão no texto da PEC vai ao encontro da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou ser constitucional o exercício de atividades de policiamento ostensivo pelas Guardas Municipais.

A inserção das “Polícias Municipais” na PEC não só revela o alinhamento do Governo Lula-Alckmin à extrema-direita no tema da Segurança Pública, mas a firme adesão desse Governo ao paradigma neoliberal. O Brasil possui uma das polícias mais violentas do mundo. Desde 2018, as mortes por intervenção policial no país consistentemente ultrapassam a barreira dos 6 mil casos, colocando o

país em primeiro lugar entre as polícias mais letais do mundo. Apenas no ano passado, foram registradas 6.393 mortes por intervenção policial, sendo que as vítimas, em sua esmagadora maioria (82,7%), eram negras. Dentre o número total de vítimas, 71,7% tinham entre 12 e 29 anos e praticamente a totalidade (99,3%) eram homens, demarcando assim os jovens negros como os principais alvos da letalidade policial no país. A conversão das Guardas Municipais em mais uma força policial com atividades ostensivas tende a elevar esses números já alarmantes. Caso seja aprovada a proposta do Governo, as Guardas Municipais terão autorização constitucional para exercer atividades típicas das Polícias Militares. Isso significa que elas poderão realizar patrulhamento em vias públicas, abordagens, buscas pessoais e atuar de maneira ativa na repressão ao tráfico de drogas.

Por isso, a proposta do Governo representa um reforço à lógica de “guerra às drogas”, pois tem como consequência a criação de mais um destacamento armado na sociedade encarregado de reprimir esses crimes que são tipicamente ligados à pobreza e aos problemas sociais urbanos. A PEC da segurança pública não prevê nenhuma alteração nos marcos legais que orientam a atuação das polícias no país. Portanto, inalterado o cenário

que sustenta a chamada “guerra às drogas”, a criação das “Polícias Municipais” tão somente irá potencializar a lógica vigente, responsável pelo encarceramento em massa e pelo extermínio da juventude negra e periférica. Essa constatação se agrava quando se leva em conta que, em função dos últimos resultados das eleições municipais, as Guardas Municipais estarão em sua maioria sob o comando de prefeitos de extrema direita.

O alinhamento da Proposta do Governo à política de extrema direita é escancarada pelas recentes declarações de Washington Quaquá (PT-RJ), prefeito do município de Maricá, no Rio de Janeiro, e vice-presidente nacional do PT. Em postagem nas redes sociais, Quaquá, antecipando os resultados da PEC do Governo Federal, anuncia que irá armar a Guarda Municipal de Maricá, constituindo um grupamento com fuzis e “caveirão”. Ao som de “Tropa de Elite”, o prefeito petista afirma, em discurso que nada se diferencia do mais reacionário dos políticos de extrema direita, que a Guarda fará uma ocupação do território expulsando a “banditagem” e que os “bandidos” que desrespeitarem essa advertência serão mandados para a “vala”.

Se, nas políticas sociais, o Governo Lula-Alckmin persegue obstinadamente a austeridade fiscal, pelo lado da segurança pública,

o gasto público não é tratado como um problema. A PEC da Segurança Pública inclusive prevê a constitucionalização do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que, de acordo com o texto da proposta do Governo, não poderá sofrer nenhum tipo de “contingenciamento”. Enquanto o Governo petista debate o congelamento de aposentadorias, o fim dos pisos constitucionais da saúde e da educação e promove cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), para a Segurança Pública a proposta é de eliminação de entraves ao gasto público. Esse é o típico programa neoliberal, que aposta em mais repressão policial para gerenciar os problemas sociais advindos das políticas de austeridade fiscal. O alinhamento da PEC com a agenda da extrema direita é tamanho que governadores como Cláudio Castro, notório representante dessa vertente política, concordam no fundamental com a proposta do Governo Federal, declarando que ela encontrou um “denominador comum” entre os interesses da União e dos Estados.

A PEC da Segurança Pública não representa nenhuma bandeira da classe trabalhadora, reforçando apenas interesses dos industriais das armas. Não precisamos de mais uma polícia sob o comando de governos de extrema direita, vocacionada para o extermínio da juventude negra e periférica.



Foto: Ferando Frazão/Agência Brasil

Segurança Pública

Crise da segurança pública na Bahia

Em meio ao fortalecimento da PM no estado, Salvador e Região Metropolitana atingem 100ª chacina em três anos. Crise de segurança pública no estado já é marca registrada das gestões petistas, que impulsionam táticas hostis contra a classe trabalhadora.



Foto: Jornal O Futuro

Na madrugada do dia 4 de março, 12 pessoas foram assassinadas em uma operação policial feita pela Polícia Militar da Bahia, no bairro Fazenda Coutos, periferia de Salvador. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, essa foi a 100ª chacina na Região Metropolitana de Salvador nos últimos três anos, e 67% dessas chacinas ocorreram em meio a intervenções policiais.

De acordo com o relato da Secretaria de Segurança Pública do estado, as vítimas tinham entre 17 e 27 anos, e este é só mais um dos casos que retrata a realidade das periferias brasileiras, onde jovens são mortos diariamente por violência policial.

O Estado da Bahia coleciona recordes de letalidade ano após ano e possui a polícia mais letal do país desde 2022. Além disso, outro dado que chama bastante atenção é o índice de vítimas negras da letalidade policial. Enquanto a população negra representa 79,7% do estado, em 2023, foram 1.702 óbitos por intervenção policial, das quais, 1.610 vítimas eram negras, o que corresponde a 94,6% do total.

Não é coincidência que as chacinas só aconteçam em bairros periféricos, não é coincidência que a imensa maioria das vítimas sejam jovens negros. O racismo presente nos métodos utilizados pela polícia está intrinsecamente ligado ao projeto de dominação burguês, que busca instrumentalizar as forças do Estado para ampliar o controle so-

cial de uma parcela marginalizada da população, baseada em uma justificativa pífia de combater o narcotráfico e o crime organizado.

No ano de 2024, foram 1.557 mortes por intervenção policial e, enquanto isso, o governador Jerônimo Rodrigues (PT) celebra os 200 anos da PM na Bahia e exalta os investimentos no setor militar, em uma clara postura negacionista, desconsiderando todas as estatísticas que revelam a realidade brutal e cruel da violência policial no estado.

Sob governos do PT desde 2007, a crise de segurança pública no estado já é marca registrada das gestões petistas, que impulsionam táticas hostis contra a classe trabalhadora, e se agarram numa alegação fantasiosa de que o policiamento ostensivo vai resolver todos os problemas de uma falida guerra contra às drogas.

O projeto de segurança na Bahia, assim como nos demais Estados do país, não se trata de garantir o bem estar e proteção do povo, mas sim de garantir que moradores das periferias estejam sempre subordinados à uma elite burguesa e racista, que usa a violência para reforçar a exploração e marginalização da classe trabalhadora.

Em meio aos absurdos índices de assassinatos e constantes abusos cometidos por policiais, medidas como a ADPF das Favelas, apesar de serem limitadas, têm um potencial fundamental para aglu-

tinhar os debates pela restrição do uso ostensivo da força policial e aprofundar as lutas contra a violência policial como um todo, pois, milhares de jovens seguem sendo

vítimas dessa estrutura racista, e que só existe para promover a criminalização da pobreza e manter a dominação social de uma classe sobre outra.



Foto: Jornal O Futuro

Internacional

77 anos da Nakba e o aprofundamento da limpeza étnica contra o povo palestino

A palavra Nakba [نكبة] — “catástrofe” em árabe — não se refere apenas a um evento histórico, mas a um processo contínuo de limpeza étnica, ocupação e resistência. Em 1948, com a fundação do Estado de Israel, mais de 750 mil palestinos foram expulsos de suas terras, mais de 500 vilarejos foram destruídos, e um regime de apartheid foi imposto. Contudo, a Nakba não é passado: ela se renova diariamente em Gaza, na Cisjordânia, nos campos de refugiados e na diáspora palestina.

Essa catástrofe marca a materialização do projeto sionista como um movimento colonialista, voltado não apenas à constituição de um Estado, mas à eliminação do povo árabe nativo. Desde então, Israel consolidou um sistema de dominação racial, sustentado por potências globais, que nega aos palestinos o direito à terra, à memória e à existência. Essa política se expressa nos bombardeios a Gaza, nas demolições de casas em Jerusalém Oriental, na repressão às marchas do retorno e no bloqueio que transformou Gaza na “maior prisão a céu aberto do mundo”.

A ocupação israelense, respaldada pelo discurso da autodefesa e pelo apoio incondicional dos Estados Unidos, implementa uma política deliberada de limpeza étnica, articulando bombardeios massivos, cercos humanitários, assassinatos seletivos, destruição de infraestrutura e apagamento cultural. Não se trata de exceção ou resposta desproporcional — é a regra de uma colonização em marcha, baseada no supremacismo sionista e na negação do direito básico à existência palestina.

Compreender esse processo exige examinar o sionismo não como mero nacionalismo judaico, mas como um projeto de colonização violenta, alinhado ao imperialismo europeu e norte-americano desde o século XIX. Seu objetivo nunca foi apenas criar um Estado judeu, mas expulsar e eliminar sistematicamente os palestinos — povo que habitava a região há séculos.

O sionismo sustenta-se não só pela força militar, mas pelo controle da narrativa global, como parte de um projeto de controle geopolítico e econômico do imperialismo, tendo Israel como “posto avançado” do capital internacional no Oriente Médio. Enquanto apaga a história



Grupo de prisioneiros palestinos libertado na vigência do cessar-fogo. Foto: Bassam Masoud/Reuters/Reprodução.

palestina, criminaliza a resistência e nega sua identidade, a ocupação se posiciona como peça-chave no tabuleiro geopolítico do Oriente Médio, exportando tecnologias de repressão testadas sobre a população ocupada para regimes autoritários em todo o mundo.

Esse genocídio é financiado e legitimado pelas potências ocidentais. Estados Unidos, União Europeia e aliados fornecem armas, vetos na ONU e cobertura midiática. Enquanto Gaza é bombardeada, governos como Alemanha e França criminalizam manifestações de apoio à Palestina, rotulando-as como “antisemitismo”.

No Brasil, por exemplo, apesar da retórica diplomática em defesa dos palestinos, mantêm-se relações comerciais e militares com Israel. Empresas brasileiras negociam com companhias envolvidas na ocupação, e o país aumentou a exportação de petróleo enquanto a Palestina sangra. Essa cumplicidade exige resposta: rompimento de relações, boicote econômico e pressão política.

Mas a libertação da Palestina não virá pelas mãos de governos submissos ao capital, mas da resistência dos povos, dos campos e favelas, das ruas insurgentes. E será inseparável da luta socialista, anti-colonial e anti-imperialista global.

Diante da ocupação, a resistência palestina é um direito legítimo — seja por meio da luta armada, de protestos populares ou da di-

plomacia insurgente. No entanto, a própria sociedade palestina enfrenta divisões internas que remontam a décadas. A Autoridade Palestina (AP), criada nos Acordos de Oslo, tornou-se um braço colaboracionista dos interesses imperialistas. Submissa a Israel e aos seus financiadores, a AP reprime dissidentes, endossa o discurso contra a resistência em fóruns internacionais e coopera com a segurança sionista, abandonando a via armada da luta por libertação.

A esperança, portanto, não reside nas estruturas burocráticas, mas nas mobilizações populares, nos campos de refugiados e na resistência que persiste em existir. A luta palestina integra um movimento global contra o colonialismo, o racismo e o imperialismo.

Inspirada na campanha contra o apartheid sul-africano, a estratégia do BDS propõe boicotes econômicos, acadêmicos e culturais a Israel. Seu objetivo é pressionar pelo fim da ocupação e do apartheid, pelo direito de retorno dos refugiados e por igualdade para os palestinos dentro de Israel.

Apesar de declarações públicas do governo Lula-Alckmin — inclusive classificando como genocidas as ações de Israel em Gaza —, essas palavras não têm se traduzido em ações concretas de solidariedade ou de enfrentamento à ocupação.

Enquanto a destruição avança em Gaza e a ocupação se intensifica na Cisjordânia, o Brasil aumentou sua

exportação de petróleo para Israel e segue mantendo relações comerciais estratégicas com a ocupação. Enquanto condena publicamente as ações israelenses em fóruns internacionais, contribui financeiramente para a sustentação da máquina de guerra sionista ao manter e até ampliar as trocas comerciais.

Essa postura tem sido duramente criticada por movimentos sociais, organizações e partidos como o PCBR, que exigem um embargo imediato. Apesar da crescente pressão por um posicionamento mais firme, o Brasil resiste a romper contratos que favorecem a economia israelense — inclusive em setores como o de tecnologia militar e segurança, onde empresas israelenses atuam amplamente no território brasileiro.

Boicotar Israel é rejeitar um Estado fundado na limpeza étnica. No Brasil, é urgente romper laços militares, denunciar empresas cúmplices e exigir que instituições públicas desinvistam em empresas israelenses.

Enquanto o mundo assiste passivamente, a Palestina resiste. Sua luta é parte da luta de todos os povos oprimidos contra o colonialismo moderno. Não há neutralidade possível diante de um genocídio. Solidariedade à Palestina é enfrentar o sionismo, o imperialismo e as elites locais que lucram com a ocupação.

Leia na íntegra em jornalofuturo.com.br

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

